



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JACKELINE BEZERRA DE LIMA

**O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O MERCOSUL ENTRE AS
DÉCADAS DE 2000 E 2020**

Caruaru
2024

JACKELINE BEZERRA DE LIMA

**O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O MERCOSUL ENTRE AS
DÉCADAS DE 2000 E 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Área de concentração: Economia
Internacional: Economia Política
Internacional

Orientador (a): Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

Caruaru

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Jackeline Bezerra de.

O papel do Brasil na integração regional: o Mercosul entre as décadas de
2000 e 2020 / Jackeline Bezerra de Lima. - Caruaru, 2024.
49 p.

Orientador(a): André Luiz de Miranda Martins

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2024.

1. Integração regional. 2. MERCOSUL. 3. Brasil. 4. América do Sul. I.
Martins, André Luiz de Miranda. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

JACKELINE BEZERRA DE LIMA

**O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O MERCOSUL ENTRE AS
DÉCADAS DE 2000 E 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Econômicas do Campus Agreste
da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, na modalidade de monografia,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel em Economia.

Aprovada em: 20/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
(Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa
(Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Bacharel Rodolfo Guimarães Regueira da Silva
(Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a minha jornada no ensino superior. Um caminho longo, porém repleto de aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Meus pais vêm imediatamente à minha mente quando penso em expressar meus agradecimentos. Tive a felicidade de contar com o apoio e o amor incondicional de ambos, o que me permitiu alcançar lugares que jamais imaginei. Esse apoio não se limitou apenas a prover o necessário para que eu estudasse com tranquilidade, mas também, e com um impacto ainda maior, esteve presente dia após dia, aconselhando-me, dando-me forças e consolando-me nos momentos mais desafiadores dessa jornada. Graças a isso, terei o privilégio e a alegria de ser a primeira pessoa da minha família a se formar no ensino superior.

Expresso meu profundo agradecimento ao meu orientador, uma pessoa dedicada, acessível e prestativa, que me ajudou quando eu me encontrava sem um norte a seguir. Durante toda a minha trajetória no curso, não só pude constatar, mas também ouvi por diversos momentos, sobre o ser humano incrível que ele é.

Agradeço ainda a diversas pessoas que talvez não saibam, mas que, mesmo por pequenos gestos, como simples conversas para passar o tempo, ajudaram-me a tornar este caminho mais tolerável.

Por fim, mas o mais importante de todos, agradeço a Deus por mostrar-me todos os dias que sou mais capaz do que imagino, dando-me forças, sendo meu apoio e abrindo diversas portas em minha vida.

RESUMO

Este trabalho busca elucidar a influência do Brasil sobre o tema da integração regional, desde o momento em que ele foi abordado no âmbito da América Latina, e analisar a visão e o interesse dos governos recentes, do período de 2011-2022, acerca desse tema. O foco maior desse trabalho se dá no Mercosul, que é atualmente o bloco mais avançado e mais conhecido no continente sul-americano. Destaca-se nessa monografia os paulatinos ganhos mútuos entre os membros do bloco do Mercosul e o Brasil. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso já era possível visualizar o forte interesse de incorporar o Mercosul na pauta da política externa, o que se intensificou a partir de 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar disso, argumenta-se que, a partir de 2011, os governos brasileiros passaram a exercer uma influência negativa sobre a integração regional, onde esse tema foi gradativamente perdendo espaço na política externa do País, e posteriormente caminhando para uma mudança acerca da visão que os governos possuíam sobre a integração regional. Para analisar a influência do Brasil e a visão e o interesse que os governos brasileiros, entre o período 2011-2022, tiveram na integração regional, a metodologia utilizada será a análise bibliográfica de artigos, livros, sites de notícias e outras fontes que contribuam para esse estudo.

Palavras-chave: integração regional; MERCOSUL; Brasil; América do Sul.

ABSTRACT

This work seeks to elucidate Brazil's influence on the topic of regional integration, since the moment it was addressed within Latin America, and to analyze the vision and interest of recent governments, from the period 2011-2022, on this topic. The main focus of this work is on Mercosur, which is currently the most advanced and best-known bloc on the South American continent. This monograph highlights the gradual mutual gains between the members of the Mercosur bloc and Brazil. From the government of Fernando Henrique Cardoso onwards, it was already possible to see the strong interest in incorporating Mercosur into the foreign policy agenda, which intensified from 2003, during the first term of Luiz Inácio Lula da Silva. Despite this, it is argued that, from 2011 onwards, Brazilian governments began to exert a negative influence on regional integration, where this topic gradually lost space in the country's foreign policy, and subsequently moved towards a change regarding the vision that governments had on regional integration. To analyze Brazil's influence and the vision and interest that Brazilian governments, between the period 2011-2022, had in regional integration, the methodology used will be the bibliographic analysis of articles, books, news websites and other sources that contribute to this study.

Keywords: regional integration; MERCOSUR; Brazil; South America.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ALALC | Associação Latino-Americana de Livre-Comércio |
| ALADI | Associação Latino-Americana de Integração |
| ALCA | Área de Livre-Comércio das Américas |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| FOCEM | Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| PEB | Política Externa Brasileira |
| TEC | Tarifa Externa Comum |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 | A CRIAÇÃO DO MERCOSUL E O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL..... | 13 |
| 2.1 | O INÍCIO DA CEPAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA A AMÉRICA LATINA..... | 13 |
| 2.1.1 | A ALALC e a ALADI..... | 15 |
| 2.2 | A ORIGEM DO MERCOSUL..... | 17 |
| 2.3 | O BRASIL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL..... | 19 |
| 2.3.1 | O início do século XXI: O período de ouro do Mercosul..... | 23 |
| 3 | VARIÁVEIS INTERESSES GOVERNAMENTAIS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: DE DILMA ROUSSEFF A JAIR BOLSONARO (2011- 2022) | 26 |
| 3.1 | GOVERNO DILMA (2011-2016) | 27 |
| 3.2 | GOVERNO TEMER (2017-2018) | 32 |
| 3.3 | GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) | 35 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 41 |
| | REFERÊNCIAS..... | 44 |

1 INTRODUÇÃO

As razões que levam à formação de blocos econômicos, segundo Maia (2006), englobam desde o desejo de desenvolver o comércio de determinada região até o protecionismo das economias do bloco, frente ao mercado internacional. Na América Latina, o processo de integração já era discutido na década de 1950, através da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), segundo a qual a integração regional evitaria que as economias estudadas tivessem seu crescimento corrompido por causa da dependência dos países (Pinto, 2010 *apud* Nunes; Previdelli, 2019).

No âmbito da integração regional na América do Sul, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é o bloco econômico de maior importância atualmente. Foi criado em 1991, através do Tratado de Assunção, que propunha a livre circulação dos bens, serviços e fatores produtivos entre os estados membros e a implementação de uma tarifa externa comum (TEC). Ele foi o resultado de diversas tentativas anteriores de integração regional na América Latina. Nesse período, a integração era vista como um instrumento para estimular novas oportunidades comerciais e de investimento, permitindo aos países membros alcançar uma melhora na competitividade internacional (Hirst, 1996).

Para chegar até essa formação, o fim dos governos autoritários para os regimes democráticos foi uma peça muito importante, que culminou na reaproximação entre as maiores potências regionais da época, Brasil e Argentina, como pode ser notado, por exemplo, em 1985, na assinatura da Ata de Iguazu, no Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil Argentina, de 1986, e no Tratado Bilateral de Integração e Cooperação Econômica, de 1988, posteriormente seguindo caminho para o Tratado de Assunção, em 1991 (Soares Filho, 2009). Nesse âmbito, essa reaproximação não só culminou na criação do Mercosul, mas também dita o ritmo e a direção da integração regional na América do Sul (Camargo, 2006).

O aumento das relações comerciais entre os países membros foi expressivo na primeira década de criação do bloco. Deixando de lado os atritos na virada do século entre as maiores economias do bloco, Brasil e Argentina, o início do século XXI também trouxe expressivos resultados, em detrimento da convergência de governos de esquerda no subcontinente (Bastos; Hiratuka, 2017). Além de expressivos ganhos de comércio, dessa vez foi possível observar também o aumento das iniciativas pró-integração, com novos projetos que rompiam a limitação de ganhos apenas no âmbito

comercial e financeiro. O Brasil, sendo a maior economia do bloco, e do subcontinente, teve papel importante nesse período. Seja dito de passagem, não foi a primeira vez que o Brasil demonstrou interesse e iniciativa na integração e, em períodos anteriores, no desenvolvimento da América Latina, estando fortemente presente na própria criação (e consolidação) da Cepal, como elucidaremos mais à frente.

Apesar dos significativos avanços realizados na primeira década do século XXI, é consenso entre diversos autores que a integração regional e, conseqüentemente, o Mercosul passaram por uma espécie de retrocesso já na segunda década deste mesmo século. Para uma mudança drástica em um período relativamente tão curto, pode-se questionar o pivô, o centro, o agente principal dessa ação. Dentre os atores mais ativos, destaca-se os governos dos países membros, ao definirem as ações a serem seguidas nas suas políticas externas e que influenciam as relações dos países com o bloco. A vontade presidencial dos países membros do Mercosul tanto fortalece o processo de integração regional, quanto estabelece os seus limites. Apesar disso, por não ser algo próprio de um partido, possibilitava esse projeto ser continuado de um governo para o outro. Podemos ver isso no período inicial do Mercosul, em que, desde a assinatura do Tratado de Assunção, a mudança dos presidentes de diferentes partidos não causou grande impacto no processo de integração regional (Hirst, 1996).

Nesse sentido, o Brasil é um interessante alvo de estudos, levando em consideração que ele é a maior economia do bloco. E, de fato, já existe uma vasta gama de estudos acerca da influência que o Brasil exerce no rumo da integração regional. Rodrigues (2016, p. 13) afirma que “o Mercosul está fortemente ligado à vontade política do Brasil e à sua decisão de liderança regional”, podendo assim influenciar o processo de integração de forma positiva ou negativa.

Esse poder de ditar o rumo do Mercosul é interpretado de diferentes formas pelos países vizinhos¹. Nesse âmbito, podemos ver mudanças de interesse no processo de integração a partir de 2011, as quais se intensificaram em 2016, com a posse de presidentes brasileiros de baixo perfil ativo ou que buscaram enxugar a

¹ “Paradoxalmente, portanto, os vizinhos temem tanto uma presença brasileira acentuada, com projeção de poder, como uma ausência de sua liderança e interesse em seu entorno geográfico, que teria como reflexos o isolamento, a instabilidade e o vácuo de poder regional.” (Pecequillo; Carmo, 2015, pag. 9)

pauta social e trazer o Mercosul de volta ao cenário do regionalismo aberto, denotando a ele um âmbito estritamente comercial (Pecequillo; Carmo, 2016; Silva, 2018). De fato, em mais de 30 anos de vigência, o bloco não alcançou grandiosos feitos (com exceção do recente acordo com a UE, que ainda segue sendo discutido). Além disso, passa por processos de retrocesso, entrave e impasses, que põem sob questionamento os reais benefícios e a permanência do bloco. Junto a isso, o Brasil foi se afastando do papel de liderança regional que vinha buscando, ou que pelo menos se espera que busque, assumir.

Levando em consideração o impacto do Brasil no tema da integração regional na América do Sul, seus outrora feitos em defesa desse caminho e a significativa mudança que o bloco do Mercosul passou nas pouco mais de duas décadas do século XXI, a presente monografia se propõe a elucidar o interesse do Brasil na integração regional, desde meados da década de 1950, e analisar o interesse dos governos brasileiros recentes, no período 2011-2022, e a sua influência no processo de integração regional. Para cumprir essa finalidade, a metodologia utilizada será a análise de artigos, monografias, teses, sites, livros e outras fontes com informações relevantes para o estudo. O estudo se valeu, portanto, e essencialmente, de uma pesquisa bibliográfica. Argumenta-se que, apesar do forte interesse na integração regional demonstrado pelo Brasil desde o século passado, a atuação dos governos brasileiros recentes (2011-2022) teve um impacto negativo gradativo sobre a integração regional na América do Sul, o que se traduziu em episódios de retrocesso na integração almejada e oscilações nas áreas de interesse dessa integração.

2 A CRIAÇÃO DO MERCOSUL E O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO REGIONAL

O Mercosul foi criado em 1991, inicialmente contando com o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Esses países tinham interesse em uma melhor inserção mundial, com base na qual adentrar num bloco econômico seria um meio de facilitar esse objetivo. Entretanto, mais de três décadas antes da criação do Mercosul, já existia uma comissão que buscava ajudar no desenvolvimento dos países da América Latina e criar projetos para a integração regional. Nesse cenário, o Brasil sempre esteve presente, demonstrando interesse e iniciativas, por diversas vezes, que contribuíam para esse projeto.

Essa seção se dedica a explicar o contexto antes da criação do Mercosul, discutindo brevemente a criação da CEPAL e as tentativas de integração regional anteriores ao Mercosul. Além disso, elucidaremos também o interesse do Brasil num projeto de integração regional e a relação do Brasil com o Mercosul, o bloco econômico mais conhecido no contexto da integração regional da América do Sul.

2.1 O INÍCIO DA CEPAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA A AMÉRICA LATINA

A criação da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) representou um marco importante para o pensamento econômico da América Latina. Apesar de ser considerada um movimento tão importante para os países latino-americanos, a CEPAL teve um início conturbado e com forte oposição de países do centro.

Gonçalves (2011), na sua dissertação *As relações brasil-cepal (1947-1964)*, elucida o período que antecedeu a criação do Mercosul. Com o término da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro nutria grandes expectativas quanto ao desenvolvimento econômico do país, isso principalmente pelo fato de o Brasil ter se destacado das demais nações latino-americanas ao oferecer apoio aos Estados Unidos durante a guerra. O país esperava então apoio e uma aproximação nas relações com os Estados Unidos.

Entretanto, os planos dos Estados Unidos para o pós guerra não incluíam o auxílio econômico ao desenvolvimento de países, dentre eles o Brasil, apesar de

concederem uma exceção à Europa ocidental. O Brasil então necessitava de novas soluções em vez de se concentrar na relação bilateral com os Estados Unidos. Em 1947, numa conferência no Rio de Janeiro, os países da América Latina reivindicaram aos representantes norte-americanos um programa de auxílio econômico para a América Latina semelhante ao que os Estados Unidos implementavam na Europa ocidental, com o Plano Marshall. O embaixador do Chile, sem o consentimento do seu governo, solicitou ao secretário geral da ONU que incluísse no próximo período de sessões um projeto de resolução com a proposta de criação de uma comissão econômica para a América Latina. Os países latino-americanos apoiaram a ideia, e o Brasil tinha interesse no âmbito de fomentar o processo de industrialização na América Latina e levar a adiante o processo de renovação do maquinário industrial nesses países (Gonçalves, 2011).

Os países industrializados, como o Canadá, a Grã Bretanha, os Estados Unidos e a União Soviética, apresentaram algumas objeções, em sua maioria dizendo respeito à já existência do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), um órgão que também tinha a responsabilidade de estudar sobre os problemas econômicos dos países latino-americanos e propor soluções. Apesar disso, após perdurar essa oposição, o próprio CIES se declarava favorável à criação da comissão. Isso foi o suficiente para quebrar o argumento sustentado principalmente pelos Estados Unidos. Houve o interesse de não confundir o CIES com essa nova comissão, a CEPAL, sendo ela subordinada a ONU (Gonçalves, 2011).

Furtado (1985a) também relata que em diversos momentos os Estados Unidos se mostraram contrários à criação de um órgão vinculado à ONU. Entretanto, apesar da forte oposição de um importante país, os países latino-americanos conseguiram uma pequena vitória: a criação da CEPAL, apesar de ser por um mandato provisório até 1951.

Em uma conferência no México, em 1951, durante a votação sobre a atual situação da CEPAL, o Panamá, influenciado nos bastidores pelos Estados Unidos, atacou a CEPAL com a argumentação de que os recursos para esse tipo de programa eram limitados. Furtado (1985a) destaca a importância do Brasil na defesa do órgão, com o apoio do próprio presidente, Getúlio Vargas. A partir desse momento e ao decorrer da década de 1950, a relação entre a CEPAL e o Brasil se estreitou, resultando na formação de diversos projetos, como por exemplo a criação do Grupo Misto de Estudos Cepal/BNDES, em 1952.

A CEPAL foi um órgão de grande importância e influência para a América Latina. Inicialmente, a teoria estruturalista cepalina contribuiu para a tomada de consciência do impacto das crises econômicas mundiais e da Primeira Grande Guerra para as economias latino-americanas (Gonçalves, 2014). Diante dos estudos realizados pela CEPAL, havia uma forte defesa à industrialização nos países da América do Sul, a qual afirmavam estar ligada ao desenvolvimento econômico. Posteriormente, segundo Fiori (2001), ela se transformou numa teoria mais ambiciosa, sendo a primeira reflexão sistemática dos países latino-americanos sobre a sua própria trajetória e sobre sua singularidade em relação ao resto do mundo capitalista. Seria através da industrialização que os países periféricos conseguiriam se o distanciar da ideia do subdesenvolvimento (Silveiro; Angeli, 2020). Para Bielschowsky (2000b), através da CEPAL, o subdesenvolvimento dos países latino-americanos foi visto não apenas como uma fase, mas como uma realidade histórica específica.

A integração regional era uma pauta de interesse para a CEPAL, pois acreditavam que através desse movimento haveria a possibilidade de aumentar as exportações e melhorar a eficiência industrial. Outro ponto de interesse também era que a união dos países para a formação de um bloco daria aos países latinos um maior poder de negociação frente às nações do centro (Amado; Mollo, 2004).

Diversos autores argumentam que o Brasil é o país no qual a influência da CEPAL é mais visível durante o período pós Segunda Guerra Mundial. Gonçalves (2011, pag. 110), afirma que

os representantes brasileiros nas conferências da CEPAL fizeram vasto uso dos conceitos desenvolvidos pelos economistas da comissão para conferir legitimidade teórica à importância da industrialização por meio de iniciativas de planejamento econômico.

A exemplo disso, temos que, durante o governo de Juscelino Kubistchek, nos anos 1950, foram utilizadas técnicas de planejamento criadas pela CEPAL, as quais serviram de base para o seu Plano de Metas (Gonçalves, 2014).

2.1.1 A ALALC e a ALADI

No âmbito da América Latina, o processo de integração já era discutido na década de 1950, através da CEPAL, segundo a qual a integração regional evitaria que

as economias estudadas tivessem seu crescimento corrompido por causa da dependência dos países (Pinto, 2010 *apud* Nunes; Previdelli, 2019). Para os cepalinos, como Raul Prebisch e Celso Furtado, essa dependência decorria da situação periférica em que os países se encontravam, o que era fruto do modelo de crescimento para fora (Wasserman, 2009).

Em 1958 deram-se os primeiros passos para a ideia de uma integração regional. Realizou-se em Santiago, no Chile, uma reunião de técnicos economistas do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai. Apesar dos estudos da CEPAL serem para a América Latina, o objetivo da reunião não era um acordo que envolvesse todos os países latino-americanos, mas uma zona de livre comércio sub-regional do Cone Sul. O Brasil estava muito interessado nessa ideia, vendo como favorável um acordo numa área geográfica onde o Brasil exercia uma predominância política e econômica superior aos outros países da América Latina. Inicialmente, nem todos os países concordaram com essa ideia (Gonçalves, 2011).

Essa proposta foi mais intensamente discutida em 1959, poucas semanas antes da conferência da CEPAL, no Panamá. Nessa reunião foi elaborado um projeto de uma zona de livre comércio que incluiria os quatro países, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, e aos poucos abrangeria outros países latino-americanos. Essa ideia não agradou a CEPAL, ao ver isso como uma mudança de rumo quanto as ideias que haviam originalmente inspirado o processo de integração. Parte dos técnicos da CEPAL e o próprio diretor da instituição, Raul Prebisch, também se opunha a essa ideia (Gonçalves, 2011).

O Brasil era o país que mais defendia essa ideia, alegando que uma zona de livre comércio do Cone Sul seria um passo inicial importante para a concretização de fato do mercado latino-americano futuramente, defendendo também que esse acordo de sub-região teria caráter provisório. Após a conferência do Panamá, os defensores da zona de livre comércio do Cone Sul continuaram se encontrando para debater o tema. Em Montevideu, no Uruguai, foi realizada a conferência para o estabelecimento de uma zona de livre comércio, onde o projeto foi discutido até 1960. Em fevereiro desse mesmo ano, os representantes da Argentina, do Brasil, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, do Peru e do México assinaram o tratado de Montevideu, que criava a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) (Gonçalves, 2011).

Até o início dos anos 1970, os países membros da ALALC não haviam conseguido chegar a um acordo a respeito da eliminação das barreiras tarifárias. Do

ponto de vista de alguns autores, a ALALC fracassou por ter objetivos muito gananciosos, sem uma programação econômica conjunta ou um alto grau de coordenação de políticas, possuindo apenas uma organização institucional primária e tradicional, comum dos tratados internacionais clássicos (Ekmekdjian *apud* Soares Filho, 2009). Para outros autores, como Magariños (1990, *apud* Dathein, 2005), esse argumento não era verdadeiro, pois o objetivo da ALALC era modesto, visando alcançar apenas uma zona de livre comércio em um determinado período.

A ALALC foi substituída em 1980 pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criada pelo Tratado de Montevideu, no Uruguai, que tinha por objetivo corrigir as imperfeições da ALALC e aprofundar o nível de integração econômica (Amaral Júnior, 2000). Essas tentativas anteriores ao Mercosul contribuíram para dar início ao maior projeto de integração da América do Sul.

2.2 A ORIGEM DO MERCOSUL

O Mercosul foi criado em 1991, através do Tratado de Assunção, que propunha a livre circulação dos bens, serviços e fatores produtivos entre os Estados membros e a implementação de uma tarifa externa comum. A criação do Mercosul era vista então como um “esforço para elevar o grau de competitividade da região no comércio mundial” (Amaral Júnior, 2000, p. 3).

A assinatura do Tratado de Assunção e a criação do Mercosul foram possíveis devido à reaproximação do Brasil e da Argentina. Amaral Júnior (2000) enfatiza que, para chegar até essa formação, o fim dos governos autoritários para os regimes democráticos foi um fator muito importante, que culminou na reaproximação entre as maiores potências regionais da época, Brasil e Argentina. Essa interpretação também é vista por Soares Filho (2009), quando cita alguns exemplos de acordos e tratados que demonstram essa reaproximação, como em 1985, na assinatura da Ata de Iguazu, no Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina, de 1986, e no Tratado Bilateral de Integração e Cooperação Econômica, de 1988, posteriormente seguindo o caminho para o Tratado de Assunção, em 1991.

A União Europeia serviu como uma fonte de inspiração para a integração do Mercosul, no entanto, o processo de integração adotado pelo Mercosul diferiu significativamente do exemplo que buscava seguir. Na Europa, a abordagem foi primeiramente superar as rivalidades históricas entre os países membros para, então,

iniciar uma colaboração conjunta. Por outro lado, a ideia de integração no Mercosul consistiu em primeiro unir-se e, posteriormente, resolver os problemas e conflitos existentes (Bastos, 2009). Apesar desses equívocos, houve um impulso notável nos fluxos comerciais, tanto intrarregionais como extrarregionais, para os parceiros do bloco. No período inicial, entre 1990 e 1995, as exportações do bloco para fora da região aumentaram mais de 35%, enquanto as exportações entre os países membros mais do que triplicaram durante o mesmo período (Bastos, 2009).

Para a formação do Mercosul, as semelhanças culturais entre os países facilitaram a criação do bloco econômico, já que os países compartilhavam um passado em comum e também se encontravam em posições parecidas, apesar de existir certa assimetria no âmbito econômico do Brasil com os demais países (Amaral Júnior, 2000).

Em 1991, foi assinado o primeiro protocolo adicional do Tratado de Assunção, o Protocolo de Brasília, que visava a solução de controvérsias e a resolução de conflitos entre os países do bloco. Esse protocolo esteve em vigência até 2002, quando o protocolo foi atualizado através da assinatura do Protocolo de Olivos, que tinha por objetivo dar maior segurança nas regras, e em 2007, em um protocolo modificativo. Ambas as atualizações resultaram na criação do tribunal permanente de revisão do Mercosul, que estabeleceu que as controvérsias entre os Estados partes deveriam ser resolvidas por vias diplomáticas (Cruz, 2018).

Em 1994 foi assinado o protocolo de Ouro Preto, um protocolo adicional ao Tratado de Assunção, que é considerado por alguns autores como o ato que proporcionou a efetiva formação do Mercosul, criando a sua base institucional. Ele trazia uma estrutura flexível, estabelecendo um prazo maior de cumprimento dos objetivos da ALALC, possibilitando a condução da integração entre os países, além de criar também novas instituições (Baptista, 1996).

Essas novas instituições foram o Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), Foro Consultivo Econômico Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). O Conselho do Mercado Comum estava no topo da hierarquia, sendo então o órgão superior do Mercosul, que tem a função de conduzir uma política de processo de integração (Baptista, 1996).

Ao CMC ficou incumbido exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul, conduzir a política do processo de integração e tomar as decisões para

garantir os objetivos dispostos no Tratado de Assunção. O GMC elabora e propõe projetos de decisão ao órgão superior (CMC) e toma as medidas necessárias para cumprir as decisões adotadas pelo CMC. A CCM é responsável por auxiliar o GMC e cuidar da aplicação dos instrumentos de política comercial do bloco, que são indispensáveis ao funcionamento da União Aduaneira, fazendo reuniões mensais ou sempre que necessário. A CPC é um órgão independente e autônomo e tem o objetivo de acelerar os procedimentos internos correspondentes nos respectivos países para a vigência das normas advindas dos órgãos do bloco. A FCES é um órgão de caráter consultivo e manifesta-se por recomendações ao GCM. A SAM é encarregada de dar suporte técnico e administrativo aos demais órgãos do bloco (Fontoura, 2017).

Outro marco ocorreu em 1998, com a assinatura do protocolo de Ushuaia, ocasião em que estabeleceu que, para os países poderem participar do bloco, deveriam possuir regimes democráticos. Sendo assim, os países que descumprissem com o compromisso estabelecido deveriam ser punidos, que ia desde a suspensão da participação nos órgãos do Mercosul até a suspensão dos direitos e deveres que envolvem o processo de integração (Cruz, 2018).

2.3 O BRASIL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O Brasil, assim como a maioria dos países da América do Sul, não é um país suficientemente desenvolvido para competir com os países desenvolvidos, se tornando difícil a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional diante da alta competitividade. Ao fazer parte de um bloco econômico, o Brasil ganha parceiros comerciais, os quais passam a negociar mais com o Brasil. Para analisar o papel, a importância e os ganhos do Brasil com a integração regional, partiremos do Mercosul, o bloco mais avançado de integração regional na América do Sul do qual o Brasil faz parte.

Conforme elucidado na subseção anterior, a aproximação da Argentina e do Brasil culminou em diversos acordos e tratados, partindo posteriormente para o Tratado de Assunção, o qual deu origem ao Mercosul. Desde a sua formação, o bloco econômico do Mercosul tem se mostrado um importante mercado para o Brasil. Isso se dá por diversos motivos, desde o menor custo de transporte devido à mercadoria vir do país vizinho até a TEC, que faz com que os produtos oriundos do Brasil tenham um melhor preço.

Em relação às economias mais desenvolvidas, o Brasil tem um histórico de exportar mais produtos primários e commodities. Com a integração regional, os produtos industrializados de pequenas e grandes empresas brasileiras, que teriam dificuldade de se inserir no mercado global, ganham um destino para os parceiros comerciais regionais do Brasil (Silva, 2022). Além do contexto do mercado global, fazer parte de um bloco econômico dá mais oportunidade aos países sul-americanos de terem uma maior voz nas negociações, devido ao grande mercado que o bloco possui. No caso do Brasil, é extremamente atrativo para os países da região ter o Brasil como um parceiro comercial, principalmente pela economia e a sua população.

No âmbito do Mercosul, Cruz (2018), em seu artigo “O papel do Brasil no processo de integração regional do Mercosul”, faz uma análise do Brasil como liderança regional com base na geopolítica e geoeconomia do país. A autora vê o papel do Brasil como líder e subordinado, híbrido de semiperiferia, dependendo das relações que tem com outros países. Enquanto liderança regional, o Brasil reproduz as características do centro no subsistema capitalista. Já em relação aos países do centro, o país desempenha o papel de dependente e subordinado. O Brasil, apesar de não ter grande influência no sistema mundial, se comparado com os países mais desenvolvidos, possui um papel de destaque na região em que está inserido.

Essa ideia é confirmada num experimento feito por Cabral (2022), que analisa as exportações brasileiras seguindo a lógica kaldoriana, na qual o setor industrial e o setor exportador possuem papel fundamental por fomentar ciclos virtuosos ou viciosos de crescimento na economia. O autor identifica que, ao introduzir um choque exógeno de 10% nas exportações do Brasil, para os países norte-americanos e a China, o maior impacto nos produtos brasileiros é no aumento da exportação de produtos manufaturados de média e baixa intensidade tecnológica, nas commodities e produtos intensos em trabalho. Nesse resultado, é possível notar que, para os países mais desenvolvidos, o interesse no Brasil é o mesmo que no século passado, onde a pauta exportadora do Brasil eram os produtos primários. Esse resultado também evidenciou a baixa competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional com países de renda mais elevada e com estrutura produtiva mais avançada, o que dificulta a inserção na pauta de exportações brasileiras de produtos com maior conteúdo tecnológico. Já na introdução desse choque de 10% nas exportações do Brasil para os países do Mercosul, os setores mais impactados são os setores de alta e média

intensidade tecnológica, seguido pelo setor de commodities, o que é o oposto do resultado do estímulo das exportações para os países de renda alta.

Para o autor, esse resultado revela que o Brasil possui uma especialização geográfica de volume e composição setoriais significativos, do ponto de vista tecnológico com países vizinhos. Nesse ponto, podemos notar a importância do Mercosul para o Brasil. O bloco se constitui como essencial para as exportações brasileiras, sendo um importante mercado consumidor dos produtos industriais oriundos de grandes e pequenas empresas do Brasil (Silva, 2022). Apesar de que, de acordo com Rittner (2023) em uma reportagem da CNN Brasil, a participação do Mercosul nas exportações dos países membros do bloco ter caído de 18,6% para 10,4% no período de 2001 a 2022, destaca-se o aumento das exportações industriais do Brasil para o bloco. Saiu de 6%, em 2001, para 19,8% em 2022. É no mercado do Mercosul que os produtos brasileiros industrializados encontram uma maior oportunidade de competitividade. Mendonça (2013), como diversos outros autores, também enfatiza a pauta de exportações do Brasil para os países membros do Mercosul, destacando a presença de produtos como automóveis e eletrônicos. Observa-se, então, que o Mercosul é um importante destino dos produtos brasileiros com maior valor agregado.

A respeito da relação entre o Brasil e o Mercosul, Stella e Fontes (2019) avaliaram que os países do bloco possuem uma grande dependência do mercado brasileiro, apesar da dependência do Brasil ser pequena em relação ao mercado sul-americano.

É importante destacar que essa oportunidade para os produtos brasileiros só é possível devido, em grande parte, à integração regional. A TEC também se faz importante para essas relações comerciais, já que, quando é aplicada a TEC, os produtos brasileiros tem melhores preços em comparação aos do resto do mundo.

Analisando os benefícios citados acima, é possível notar o impacto que o Mercosul tem na economia brasileira, mas pode-se dizer que o Brasil também tem um grande impacto no Mercosul e no processo de integração. O Brasil, antes mesmo da criação do Mercosul, possui um enorme destaque na América do Sul, levando em conta tanto o tamanho do país quanto a sua economia, dentre outras características. O Brasil corresponde a 65% do espaço do território do Mercosul e cerca de 78% dos habitantes do bloco são brasileiros. O país possui o maior PIB entre os países membros, 72% do total do bloco, cerca de 1,92 trilhões de dólares, que equivale a

mais que o triplo do PIB do segundo colocado, a Argentina, com 632,2 bilhões de dólares (Ferrari; Benevides, 2023).

Galvão e Carneiro (2017) enfatizam essa oportunidade que o Brasil tem devido ao seu privilegio geográfico. Há uma brecha para o Brasil pois ele faz fronteira com 11 dos 13 países que compõem a região, o permitindo puxar essa frente integracionista, estimulando e fortalecendo o comércio e a industrialização dos países sul-americanos. Em contrapartida, os autores sinalizam para a assimetria existente entre o Brasil e os demais países membros do Mercosul, algo que existe desde antes da formação do bloco. É enfatizado que a ação brasileira não deve aumentar as assimetrias entre os países, e sim reduzi-las.

Amaral Júnior (2000, p. 305) afirma que essa assimetria profunda “pode ser fator de instabilidade ou prenúncio de vulnerabilidade”. A estabilidade econômica nos países líderes do Mercosul, Brasil e Argentina, contribui de forma positiva para o sucesso e avanço do bloco econômico. Semelhantemente, crises internas podem afetar o processo de integração.

A respeito do papel do Brasil frente ao Mercosul e as oportunidades que o país possui, podemos questionar se nos últimos anos o país está ou não cumprindo esse papel que há muito tempo lhe foi atribuído, de líder da integração regional. Amaral Júnior (2000, p. 293) atribui ao governo do país essa decisão a respeito de qual papel desempenhar: “Da mesma forma que a redemocratização [o fim dos governos autoritários] dos países-membros do Tratado de Assunção criou as condições necessárias de cooperação regional, o retrocesso democrático é o maior risco para o processo de integração.”

Um ponto levantado por alguns autores diz respeito a falta de interesse do Brasil pelo Mercosul demonstrada em alguns períodos, quando essa não era uma pauta importante para a política externa do país. Rodrigues (2016, p. 13) afirma que “o Mercosul está fortemente ligado à vontade política do Brasil e à sua decisão de liderança regional”, podendo assim influenciar o processo de integração de forma positiva ou negativa.

Esse poder de ditar o rumo do Mercosul é interpretado de diferentes formas pelos países vizinhos. Para Pecequillo e Carmo (2015, p. 9), paradoxalmente, “os vizinhos temem tanto uma presença brasileira acentuada, com projeção de poder, como uma ausência de sua liderança e interesse em seu entorno geográfico, que teria como reflexos o isolamento, a instabilidade e o vácuo de poder regional.”

Podemos ver o interesse de alguns governos brasileiros pela integração regional e as relações com o Mercosul no começo do século XXI, quando este era uma pauta importante na política externa do país. A integração regional ganhava um caráter não apenas econômico, mas também social e cultural. Em contrapartida, a partir de 2011, esse caráter foi paulatinamente se esvaziando.

2.3.1 O início do século XXI: O período de ouro do Mercosul

É perceptível um novo contexto político-ideológico regional a partir dos anos 2000, o qual aconteceu “por conta do giro à esquerda no subcontinente, liderado por Néstor Kirchner, na Argentina, e por Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil” (Cruz, 2018, p. 4). Nesse âmbito, há um consenso entre alguns autores a respeito dos anos iniciais do século XXI ter sido um período importante para o crescimento e avanço não só do Mercosul, mas da ideia de uma integração regional na América do Sul. Esse processo decorreu do maior interesse dos governos dos países líderes do Mercosul, Brasil e Argentina, em incorporar o Mercosul em sua política externa.

Esse maior interesse foi caracterizado por “onda rosa”, quando surgiram novos governos de esquerda, que paralisaram ou reverteram as ideias neoliberais que predominavam na década de 1990 (Bastos; Hiratuka, 2017). Essa onda rosa contribuiu para uma convergência política-ideológica, que fortaleceu os projetos de integração regional (Salgado; Bressan, 2020). A respeito dessa convergência, Fuser (2018), analisando a integração regional da América do Sul, traz que:

As gestões progressistas – sejam mais radicais ou mais moderadas – compartilham a ideia de que é necessário recuperar o protagonismo do Estado em face do mercado a fim de promover e orientar o desenvolvimento econômico e social. Outro destaque em todas as gestões progressistas é o esforço para recuperar, em maior ou menor medida, o controle estatal sobre os recursos econômicos naturais, especialmente o petróleo e o gás. [...] Em política externa, destacou-se a busca de maior autonomia. (Fuser, 2018, pag. 6).

Vigevani *et al.* (2003, p. 32) traz que já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política externa do país seguia uma “agenda internacional proativa, determinada pela lógica da autonomia pela integração”. A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a política externa com interesse autônomo foi acentuada. O governo deu continuidade ao âmbito político e econômico em que o

país se encontrava, com uma busca por diversificar os parceiros comerciais do país, e o Mercosul ainda era tido como destaque, não apenas no âmbito econômico, mas também social, cultural, científico e tecnológico do bloco (Fontoura, 2017 *apud* Cavalcante, 2013). Essa busca por diversificação dos parceiros comerciais deixa o país menos sensível aos possíveis choques externos. O país não ficaria tão dependente de apenas um parceiro comercial, mas teria uma pauta diversificada, que traria uma certa segurança e estabilidade para o Brasil.

A vitória de Lula em 2002 acarretou uma mudança na política externa brasileira: os vizinhos eram vistos como parceiros essenciais para a manutenção e a continuidade de uma zona de paz e de equilíbrio político, entendendo, então, que a integração trazia mais benefícios do que o unilateralismo (Oliveira, 2012). As presidências pró tempore do Mercosul que o Brasil assumiu durante o governo Lula trouxeram propostas essenciais para o desenvolvimento institucional do bloco, se destacando a implementação do parlamento do Mercosul e o Fundo para Convergência Estrutural, o FOCEM (Leite; Alexandre, 2017 *apud* Bastos; Hiratuka, 2017).

Indo além dessa visão mais humilde, Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que o interesse com a política externa aplicada era ainda mais ambicioso. Apontam, ainda, que o principal objetivo do governo de Lula era fortalecer as relações com países do hemisfério sul, visando se equilibrar com os países do norte, além de aumentar o protagonismo brasileiro internacional nos fóruns internacionais.

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1ª) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2ª) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3ª) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, provavelmente desdobrando-se no segundo período, implicaram ênfases precisas: (1ª) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); (2ª) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3ª) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4ª) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5ª) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6ª) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7ª) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações. (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 291-292).

O período 2003-2010 foi marcado pelo grande interesse do Brasil pelo Mercosul na pauta da política externa do país, além de um distanciamento ao conhecido regionalismo aberto praticado na década de 1990. Essa tendência pareceu sofrer uma mudança significativa a partir de 2011, com a posse de um novo presidente. Desde então, o interesse do Brasil no Mercosul, e na integração regional como um todo, na pauta da política externa do país vem gradativamente declinando com o passar dos anos.

3 VARIÁVEIS INTERESSES GOVERNAMENTAIS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: DE DILMA ROUSSEFF A JAIR BOLSONARO (2011-2022)

O processo de integração na América do Sul culminou de uma maior aproximação entre o Brasil e Argentina, posteriormente avançando para o Mercosul. Desde o início, o Brasil e a Argentina ditam o ritmo em que o Mercosul caminha e em que direção vai seguir. À medida que se avançou em direção ao Mercosul, as políticas econômicas passaram a se concentrar principalmente em se adaptar mais efetivamente às demandas de competitividade impostas pelo processo de liberalização de mercados e globalização, conferindo ao acordo uma natureza orientada para o comércio (Camargo, 2006).

Por se tratar de um projeto intergovernamental, o Mercosul depende da interação entre os governos de diferentes países, sendo influenciados por fatores de natureza exógena e endógena. Os de natureza exógena são as políticas econômicas, políticas externas e a dinâmica da política interna de cada Estado membro. Os de natureza endógena são aspectos institucionais-burocráticos, socioeconômicos e político-ideológicos vinculados aos processos de integração regional (Hirst, 1996).

Nas negociações do Mercosul, é notável a influência direta do presidente, conferindo a esse processo um caráter mais governamental do que estatal. A motivação inicial dos chefes de Estado para buscar a integração regional não se baseava em programas partidários, ideais políticos específicos ou estratégias populistas. Em vez disso, o interesse era impulsionado pela combinação de liderança pessoal, oportunidades econômicas e a necessidade de projeção internacional (Hirst, 1996).

Essa vontade presidencial nos países do Mercosul tanto fortalecia o processo quanto estabelecia os seus limites. Apesar disso, por não ser algo próprio de um partido, possibilitava esse projeto ser continuado de um governo para o outro. Podemos ver isso no período inicial do Mercosul. Desde a assinatura do Tratado de Assunção, a mudança dos presidentes de diferentes partidos não causou grande impacto no processo de integração sub-regional (Hirst, 1996).

Apesar da integração regional não possuir, pelo menos inicialmente, um caráter ideológico, a convergência de governos com ideologias parecidas contribui para o rumo que a integração irá seguir. Citando exemplos mais recentes, temos a convergência de governos progressistas no início do século XXI, que contribuiu para

um Mercosul que abrangia mais áreas (Salgado; Bressan, 2020), e a convergência de governos de direita e conservadores a partir de 2016, que atribuiu ao Mercosul os ideais do regionalismo aberto (Silva, 2022).

Nessa seção, faremos uma análise do interesse dos governos recentes do Brasil, Rousseff, Temer e Bolsonaro, e as suas influências no processo de integração regional e no próprio Mercosul. Avaliaremos a importância que foi dada à integração regional na pauta da política externa desses governos e os rumos ditados para o Mercosul.

3.1 GOVERNO DILMA (2011-2016)

Por ser do mesmo partido político de Lula, havia a esperança de uma continuidade no governo Dilma. Essa esperança de continuidade se estendia à política externa, na qual o Brasil continuaria a ter um perfil ativo de liderança regional, podendo até mesmo intensificar a busca pelo avanço do Mercosul.

O interesse do governo Dilma de continuar a política externa do governo anterior é perceptível quando observamos as tentativas para essa continuidade, como a falta de interesse do Brasil de participar da Parceria Transpacífico, criada pelos Estados Unidos, o interesse do Brasil de expandir o Mercosul em direção à Venezuela e a Bolívia, e o apoio que foi dado para que se consolidasse a Unasul, buscando apoiar o órgão como mediador dos conflitos regionais e priorizando as alianças Sul-Sul (Bastos; Hiratuka, 2017).

Entretanto, Pecequillo e Carmo (2017) trazem que, quando comparado com o governo Lula, fica perceptível o declínio que ocorreu durante o governo Dilma acerca da inserção internacional que o Brasil tanto almejava. Como exemplo do enfraquecimento do consenso político sobre a integração do Mercosul, é citado o surgimento da Aliança do Pacífico. Esse acontecimento poderia representar o vácuo de liderança deixado pelo Brasil, de modo que os países da América do Sul passaram então a buscar soluções sem ter mais o Brasil como líder ou intermediador.

De 2011 a 2014, os projetos para a América do Sul foram afetados pela instabilidade política e a crise econômica no Brasil (Pecequillo; Carmo, 2016). Isso é algo esperado, já que o Brasil é a maior economia da região sul-americana. A política externa havia deixado de ser prioridade na agenda presidencial, como havia sido no

governo anterior, o que, somado a crise política e econômica que o país enfrentava, afetou a linha de protagonismo que o Brasil seguia.

Um ponto levantado por diversos autores diz respeito à atuação da presidente, que indicava um desinteresse acerca dos assuntos internacionais, se comparado ao governo anterior. Pecequillo e Carmo (2016, pag. 64) classificam essa atuação da presidente como de “baixo perfil”, deixando de exercer a diplomacia presidencial nos fóruns regionais e globais. No governo Dilma houve uma sequência de retrocessos para o processo de integração: a “perda de espaço e liderança, o aumento da instabilidade regional, os vazamentos dos projetos de integração, a consolidação da presença da China na América do Sul e o aprofundamento da contrarreação hegemônica estadunidense” (Pecequillo; Carmo, 2016, pag. 65-66). Essa perda de interesse nos assuntos internacionais afetou igualmente as relações com a América do Sul no que diz respeito a integração. Em diversos momentos, o interesse no Mercosul estava presente no diálogo e nos discursos do governo, mas que não foi possível de se identificar na prática, se traduzindo em poucos avanços para o bloco.

Normando (2019), no seu artigo “Integração regional dos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018)”, apesar de afirmar que houve um desinteresse da presidente acerca dos assuntos internacionais, enfatiza que houve uma continuidade no interesse do Brasil pelo Mercosul na sua política externa, que continuou alinhada com a do governo anterior, principalmente nas dimensões culturais e sociais.

No âmbito do sistema internacional, foi possível notar durante o primeiro governo Dilma uma significativa mudança. Nesse cenário, o governo brasileiro apostava no fortalecimento do multilateralismo, buscando aumentar o diálogo com os polos consolidados e emergentes, mas também com os países menos desenvolvidos e menores, com um caráter mais inclusivo (Patriota, 2011 *apud* Silva 2022). Celso Laffer (2013 *apud* Normando, 2019) argumenta que o erro do governo Dilma foi manter uma política externa que se mostrava inadequada à realidade regional em transformação, havendo a necessidade de o governo brasileiro revisar a estratégia para a região.

Saraiva (2014), sendo mais crítica em relação ao governo, acredita que a ascensão de Dilma Rousseff na presidência do Brasil contribuiu para que houvesse um esvaziamento da dimensão política a respeito do Brasil como um ator importante para a estruturação das instituições regionais onde está inserido.

Com o passar dos anos, desapareceu a ideia de definição de metas de médio e longo prazo para a evolução do processo de integração do bloco (Mariano; Menezes, 2021). A exemplo disso, em 2014 foi tomada a decisão de unificar as placas dos veículos automotivos entre os países membros do Mercosul. Nesse âmbito pode ser claramente notado o grande problema que o Mercosul tem com a burocracia, visto que apenas 2 países conseguiram cumprir essa implantação. O Brasil só veio a aderir a essa implantação em todo o país a partir de 2020.

As interpretações para o não avanço do Mercosul ou da integração na América do Sul são diversas. Para Desidera Neto (2017 *apud* Costa; Barbosa, 2020), o cenário político interno em crise prejudicou o avanço dos esforços para com o Mercosul, podendo citar como exemplo o não avanço da eleição direta de merco deputados e da internalização do código aduaneiro comum. Para Lopes (2017, pag. 182 *apud* Normando, 2019), a ideia do regionalismo pós-liberal que o Brasil buscava implementar durante os governos Lula não pôde avançar pois “ser o grande financiador da aventura integracionista regional” era custoso demais e “não gerava dividendos políticos relevantes para o governo Dilma” (Normando, 2019, pag. 23). Já Barbosa (2016 *apud* Castilho; Barbosa, 2018) traz que a ênfase que foi dada a dimensão política e social do Mercosul, ao invés da dimensão das negociações comerciais, contribuiu para a paralisia do bloco.

Entretanto, existe algo importante a se pontuar não apenas acerca do governo Dilma, mas em todos os governos brasileiros no âmbito da integração regional. Sobre as dificuldades que o Mercosul enfrentou e que repercutem ainda no século XXI, a respeito do impasse para avançar na direção do que se havia proposto, existe a necessidade de compreender que essas dificuldades não ocorrem apenas por causa das inconsistências internas no bloco ou dos erros de percussão cometidos pelo Mercosul. É necessário levar em consideração também a conjuntura internacional e a estrutura global da ordem mundial do contexto em que o Mercosul foi criado e que o acompanhou em sua trajetória posterior.

Ricupero (2017, pag. 657 *apud* Normando, 2019) afirma que “na América do Sul, o Brasil não pode tudo, mas pode algo”. Da afirmação podemos tirar duas conclusões. A primeira é que, apesar do Brasil não se caracterizar como uma potência ou um país de forte influência no âmbito mundial, ele possui certa importância na região em que está incluído. Entretanto, a segunda conclusão é a de que, apesar da

sua influência na América do Sul, o país não é o único responsável por todos os acontecimentos na região, principalmente no âmbito da integração regional.

É imprescindível sinalizar que as mudanças ocorridas no âmbito do Mercosul, e da integração regional como um todo, nesta segunda década do século XXI, período dos governos analisados, seu sucesso ou seu fracasso, não dizem respeito exclusivamente às ações do Brasil. Devido à importância do país no bloco, muitas vezes pode existir um equívoco de que apenas as ações do país colaboram para um retrocesso no processo de integração. Entretanto, existem fatores externos ao Brasil, sejam nos demais países do bloco ou nos de fora do bloco, que influenciam igualmente o avanço da integração regional na América do Sul.

Essa ênfase dada aos fatores externos encontra fundamentação nos estudos de Costa e Barbosa (2020) sobre as mudanças do governo Dilma para o governo Temer. Os autores, ao buscar analisar os efeitos que o processo de ruptura na política externa do Brasil teve no Mercosul, sinalizam a limitação da pesquisa. Um avanço ou retrocesso do Mercosul não pode ser atribuído apenas ao Brasil e ao governo brasileiro.

Bastos e Hiratuka (2017), na tentativa de avaliar o governo Dilma, também assinalam a importância de considerar o contexto nacional durante o período do governo. A base desse argumento está no fato de que o Brasil não é um país desenvolvido ou uma potência que tem a capacidade de mudar o cenário em que ele está inserido, mas sim é um país que na maioria das vezes é impactado pelo cenário ao seu redor e no mundo.

Com isso em mente, podemos partir para a exposição dos fatores externos. Durante o governo Dilma, podemos citar alguns fatores externos que se constituíram empecilhos para o avanço da integração regional. Alguns autores, em suas pesquisas e estudos a respeito da integração regional, se preocupam em trazer esses fatores externos que colaboraram para um retrocesso no bloco na segunda década do século XXI.

Logo no começo da segunda década do século XXI, em 2012, podemos citar a criação da Aliança do Pacífico, que contribuiu para aprofundar as diferenças regionais entre os países, pois passaram a existir dois sistemas concorrentes de comércio na região. As crises econômicas nesse período, não somente no Brasil, mas também em outros países do subcontinente, contribuíram negativamente e minaram o interesse e a capacidade dos países da América do Sul de investirem na integração regional. A

preocupação dos países voltou-se então em priorizar a estabilidade do cenário nacional. Castilho e Boas (2018) enfatizam que nos momentos de crises econômicas e políticas, os países precursores da integração, o Brasil e a Argentina, deixam a questão da integração de lado e priorizam o cenário doméstico.

Outro fator externo que impactou a integração regional na América do Sul foi a forte presença da China no mercado não apenas do Brasil, mas em boa parte dos países do subcontinente sul-americano. Durante esse período no Brasil, houve um enfraquecimento da indústria até mesmo no mercado interno, devido à falta de competitividade para enfrentar a produção chinesa que ocupava cada vez mais espaço no país. Pecequillo e Carmo (2017) trazem que, apesar do Brasil e da China fazerem parte do grupo G-20, o Brasil deixou de insistir na busca pela negociação dos desequilíbrios monetários internacionais para evitar tensões com a China, um dos seus principais parceiros econômicos e políticos.

Além disso, esses autores avaliam também que o governo Lula foi favorecido por diversos fatores externos, como a postura de indiferença dos Estados Unidos em relação a América Latina, a ascensão chinesa que beneficiou as exportações brasileiras, a valorização das commodities, a posse de governos de esquerda na América do Sul e o crescimento das demandas. O governo conseguiu então aproveitar essas oportunidades, modificando a sua política externa e aumentando a projeção internacional do país. A América do Sul foi vista com grande importância, onde a ascensão dos governos de esquerda em alguns países da América do Sul contribuiu para um consenso político que resultou na rejeição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que era uma proposta liderada pelos Estados Unidos.

No governo Dilma não foram observadas tantas oportunidades, o que é possível notar com o ajuste imposto à economia chinesa; a queda no preço das commodities; o agravamento da crise europeia; a desvalorização do dólar, do euro e do yuan; a instabilidade política em alguns países do bloco; o Chile, o Peru, a Colômbia e o México terem optado pela Aliança do Pacífico; e a crescente presença da China na América do Sul, não apenas no âmbito econômico, mas também financeiro e comercial. Devido à essa mudança no cenário, havia a necessidade agora do Brasil investir mais recursos para sustentar sua liderança no âmbito internacional. Entretanto, esse movimento foi impossibilitado por causa da redução da taxa de crescimento e do aumento dos problemas políticos internos no país (Pecequillo; Carmo, 2017).

A realidade regional em transformação fez com que a política externa adotada pelo Brasil durante o primeiro governo Dilma se tornasse inadequada, sendo necessário então a mudança para uma nova visão estratégica para a região. Durante seu primeiro governo, a gestão Dilma apostava no fortalecimento do multilateralismo, acreditando que o sistema internacional estava se modificando e tomando um caráter multipolar (Laffer, 2013 *apud* Normando, 2019). Esse entendimento se dava porque o cenário global demonstrava uma crise econômica generalizada, no qual somado a isso haviam também diversos conflitos regionais no mundo e desafios ambientais. O fortalecimento do multilateralismo se daria através do aumento do diálogo com os polos consolidados e emergentes e também na inclusão dos países menos desenvolvidos, buscando um caráter mais inclusivo (Patriota, 2011 *apud* Silva, 2022). Contrário a essa afirmação, Cervo (2015 *apud* Castilho; Boas, 2018), traz que a conjuntura internacional era cada vez menos propícia ao multilateralismo e que a gestão Dilma não conseguiu se adaptar a essa nova realidade. Em convergência com essa ideia, Bastos e Hiratuka (2017) trazem que alguns acontecimentos ainda no governo Lula já mostravam a mudança no cenário internacional pendendo para a crescente perda da importância do multilateralismo. Dentre os acontecimentos, destacam-se a diminuição do protagonismo mundial da OMC, os novos padrões de referência para as normas internacionais trazidas no governo Obama ao negociar mega acordos regionais com a Europa e a Ásia, a mudança na geopolítica internacional resultante da Primavera Árabe e das guerras na Líbia e na Síria, a guerra na Ucrânia e a rejeição dos Estados Unidos a respeito do acordo com o Irã, elaborado sob mediação brasileira e turca, em 2010.

Outros fatores externos importantes de serem citados também estão o impeachment do presidente paraguaio em 2012 e diversas políticas protecionistas impostas pela Argentina durante as duas primeiras décadas do século XXI (Costa; Barbosa, 2020).

3.2 GOVERNO TEMER (2016-2018)

A transição entre governos comandado por grupos movidos por orientações ideológicas divergentes costuma provocar mudanças em diversas áreas, inclusive na política externa do país (Velasco, 2017 *apud* Normando, 2019).

É um consenso entre alguns autores que, na teoria, o governo de Michel Temer buscou uma mudança no rumo da política que o seu governo teria, incluindo a política externa. Para Silva (2022), o plano que foi seguido pelo governo refletia a conjuntura internacional, a crise que o Brasil passava e os interesses de um novo bloco de poder, apesar de simbolizar um período de transição.

Após o processo de impeachment que ocorreu em 2016, com a posse de Michel Temer, houve uma mudança no rumo que a política externa brasileira seguia desde o início do século XXI, com os governos petistas. A continuidade do processo foi colocada a prova com essa transição política, não apenas no Brasil, mas também na Argentina, com a posse de Mauricio Macri, em 2015. Além disso, as eleições de outros países da América do Sul também corroboraram para o rumo que a integração seguiu, como na Colômbia, no Chile, no Peru e no Paraguai (Normando, 2019).

A posse de Michel Temer e a de Mauricio Macri, presidentes dos países mais influentes do Mercosul, contribuiu para uma convergência de ideias que impactaram diretamente o processo de integração que ocorria na América do Sul (Normando, 2019). O giro a esquerda que aconteceu no começo do século XXI, a chamada onda rosa, teve seu fim. Saraiva e Velasco Junior (2017, p. 311) entendem esses acontecimentos como “um desmonte na comunidade epistêmica pró-integração, orientada por um regionalismo pós-liberal.”

No governo Temer, o Mercosul continuou tendo uma grande importância, apesar das diversas críticas que foram feitas por parte dos Ministros das Relações Exteriores, mas esse destaque se deu na lógica da integração regional com base no regionalismo aberto (Uberti, 2022).

Silva (2018) também compartilha desse pensamento. Durante o governo Temer, houve a volta da concepção de regionalismo aberto, buscando uma agenda nitidamente comercial. O Itamaraty assumiu então um perfil mais discreto durante esse período. O autor traz que essa mudança foi necessária pois houve um esgotamento do ativismo diplomático brasileiro que havia sido colocado em prática no governo anterior, começando então um “giro à direita” na América do Sul.

Para Normando (2019), apesar do governo de Rousseff e o de Temer possuírem ideologias distintas, em ambos os períodos de mandato é possível perceber uma falta de interesse em posicionar o Brasil como líder regional. A mudança de fato, no âmbito das relações com os países vizinhos, se deu como uma mudança

de programa, em como ambos os governos enxergavam a integração regional. Viam de forma diferente, mas as ações tomadas foram semelhantes.

Foi realizado então um afastamento dos parceiros regionais e uma aproximação dos parceiros tradicionais do Brasil. Castilho e Boas (2018) criticam essa aproximação, a considerando como pragmática, pois não havia sido fruto de um planejamento ou baseada em uma análise da conjuntura internacional, mas provinha de convicções ideológicas e da busca de se afastar da política do governo anterior.

Esse distanciamento do Brasil dos países sul-americanos prejudicava o projeto brasileiro, que já estava em ritmo lento, de se tornar uma potência regional. Somando-se à crise na Venezuela, à crise na Argentina e outros fatores externos ao Brasil, esse período foi prejudicial para os projetos de integração da América do Sul.

O governo apoiava fortemente, de maneira aberta, a revitalização do bloco. Nesse período, a suspensão da Venezuela no bloco, a estagnação da adesão da Bolívia e a saída de diversos países da Unasul foram acontecimentos marcantes, que certamente desestabilizaram o bloco (Silva, 2022). Durante o governo Temer, o Brasil passou a boicotar a ideia de uma integração social e política não só no Mercosul, mas também em outras esferas, como na Unasul (Botão, 2021).

Stuenkel (2017 *apud* Castilho; Boas, 2018) interpreta o cenário da crise política e econômica que o Brasil passava e a falta de um perfil ativo para o Brasil assumir um papel de liderança na integração como a perda da capacidade do país de pautar agendas, certamente menor do que era há 10 anos atrás.

3.3 GOVERNO BOLSONARO (2018-2022)

Enquanto o governo de Michel Temer se caracterizava como um período de transição, o governo de Bolsonaro demonstrava uma ruptura de fato com a política e os procedimentos diplomáticos, uma mudança definitiva (Almeida, 2019). Desde o período da sua campanha, essa intenção de mudança já era observada. Jair Bolsonaro era um forte e popular candidato opositor dos governos petistas que perduraram durante boa parte das duas primeiras décadas do século XXI.

Silva (2022) identifica que essas mudanças trazidas pelo governo tiveram como fundamento: a ascensão de governos conservadores na América Latina e no ocidente (semelhante ao ocorrido no início do século XXI, com a ascensão de governos progressistas); uma crítica à política externa dos governos petistas anteriores; o

contexto globalista e a paralisia das instituições multilaterais; as mudanças realizadas pelo presidente Donald Trump (2017-2021) na política externa norte-americana; a longa crise econômica; e o desengajamento que a integração regional vinha apresentando ao longo dos anos anteriores. Assim, o Brasil rompia de vez com o caminho que seguia para a sua política externa, com uma política agora que remetia à década de 1990, o regionalismo aberto, o berço da criação do Mercosul.

A nova política externa do presidente buscava uma aproximação dos países desenvolvidos e um afastamento dos países em desenvolvimento. Havia também o interesse de uma aproximação com países cujos governos expressassem posições da direita, denotando a essas decisões um cunho ideológico, apesar de, assim como no governo Temer, haver a ideia de uma “ideologização” (Silva, 2022).

A ideologização no Brasil foi um termo bastante utilizado pelos governos Temer e Bolsonaro e seus apoiadores. Para esse grupo, o termo sugere uma suposta neutralidade da política externa brasileira, e é utilizado como oposição aos governos petistas do século XXI (2003-2015) (Moreira, 2020). Mendes (2015 *apud* Moreira, 2020) argumenta que não existe uma ação internacional que não possua ideologia, contrariando de alguma forma os discursos dos governos Temer e Bolsonaro, nos quais a ideologização estava presente na pauta da agenda de política externa.

Vidigal (2019) afirma que o governo Bolsonaro abandonou a tradição autonomista que o país seguia, tradição essa teorizada por intelectuais brasileiros e latino-americanos. Esse abandono é notado com a tentativa do governo de se afastar dos países regionais e, conseqüentemente, da integração regional, e voltar às relações com os parceiros tradicionais do Brasil. Na visão de Vidigal, o interesse de Trump em estreitar laços com o Brasil tinha o objetivo de fortalecer a sua política de desafio à ascensão da China, que se fazia presente na América do Sul.

Durante o seu governo, foram feitas duras críticas ao Mercosul e à Unasul. Logo no primeiro ano do mandato, o primeiro ato direcionado ao regionalismo da América do Sul foi a reunião realizada no Chile, no mês de março, com os presidentes do Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia e Equador, quando foi criado o Prosul, que objetivava funcionar sem maiores compromissos ou institucionalidade (Silva, 2022). Assim como a Unasul foi criada com a convergência dos governos de esquerda no começo do século XXI, o Prosul simboliza a convergência dos governos de direita e conservadores, que acreditavam que a Unasul tinha um caráter muito ideológico (Marzo, 2019 *apud* Fernandes, 2022).

Para Silva (2022), a falta de interesse do Brasil no Mercosul (e na América do Sul) deixou um vácuo de liderança, que abriu as portas para a atuação de potências externas, como a China e os Estados Unidos. Essa falta de interesse questionava a capacidade do Brasil de defender seus próprios interesses, prejudicando a autonomia do país.

Os acontecimentos durante o governo Bolsonaro contribuíram para um isolamento do Brasil, afastando a China e outros parceiros comerciais, com exceção dos Estados Unidos, parceiro o qual o Brasil buscava fervorosamente manter e ampliar os laços. Esses acontecimentos contribuíram também para atrelar ao Brasil uma imagem de baixa capacidade de influenciar as decisões regionais e globais (Silva, 2022). Sierra (2020 *apud* Hirst *et al.*, 2022), em convergência com esse pensamento, traz que as decisões e as ações contraditórias tomadas pelo Brasil durante a pandemia de COVID-19 demonstraram a incapacidade que o país tinha como liderança regional.

Algo diferente do que é defendido pelos partidos conservadores ocorreu no governo Bolsonaro, quando foram utilizadas razões ideológicas no seu plano de governo como justificativa para a não priorização do bloco, o que culminou na ênfase dada aos interesses para com os parceiros tradicionais do Brasil. O interesse inicial, não tão grande, demonstrado nos discursos pelo governo Bolsonaro, onde o Mercosul era visto como uma ferramenta estratégica, não teve grandes desdobramentos. Havia a intenção de buscar enxugar a pauta social que estava sendo atrelada às discussões a respeito do Mercosul, além de uma busca também pela continuação da redução das barreiras tarifárias na importação e exportação dos produtos (Uberti, 2022)

O afastamento completo da integração e dos países vizinhos não aconteceu porque, mesmo que o governo do Brasil fosse contrário a integração, os ganhos que se tem com ela são suficientemente altos para garantir a sua continuidade (Moreira, 2020). Conforme foi discutido em uma seção anterior da presente monografia, o Mercosul se constitui um importante mercado consumidor para os produtos oriundos do Brasil, os quais não tem uma alta competitividade para competir a âmbito internacional. Além disso, agrupados em um bloco econômico, os países adquirem uma maior voz nos fóruns internacionais e na realização de acordos comerciais. Juntos, constituem um atrativo mercado consumidor para outros países.

No âmbito das relações com a Argentina, a relação de Bolsonaro com o presidente da Argentina, Mauricio Macri (2015-2019), não demonstrava tantos

problemas pois a visão de Bolsonaro acerca do Mercosul e da integração regional tinha traços de continuidade com a visão de Michel Temer, o qual tinha boas relações com o presidente argentino (Vidigal, 2019). Entretanto, a relação de Bolsonaro com o novo presidente da Argentina, Alberto Fernández, eleito em 2019, que impediu a reeleição de Macri, foi marcada por atritos. Desde a campanha eleitoral na Argentina, os presidentes do Brasil e da Argentina se ofenderam mutuamente. O governo Bolsonaro passou então a se afastar de uma agenda bilateral comum com a Argentina. Posteriormente, a Argentina e o Brasil divergiam a respeito de reduções na TEC do Mercosul, área de grande interesse do Brasil, como um meio de flexibilizar o bloco (Fernandes, 2022).

A respeito disso, durante todo o governo Bolsonaro houve o desejo de realizar mudanças na TEC. Em abril de 2021, o Brasil propôs uma redução imediata em 10% e outros 10% em 6 meses para todos os produtos. Apesar de ter o apoio do Uruguai e do Paraguai, a proposta não conseguiu o apoio da Argentina (Fernandes, 2022).

Nesse mesmo ano, em outubro, os dois maiores países do bloco chegaram a um consenso a respeito da redução tarifária na TEC. Entretanto, o Uruguai condicionou o aceite das reduções à permissão para que ele pudesse negociar de forma bilateral com a China, para um acordo de livre comércio. Diante disso, o Brasil optou por reduzir unilateralmente a TEC, no período de novembro de 2021 até dezembro de 2022, em 10%. Essa decisão foi amparada no artigo 50 do Tratado de Montevidéu, de 1980, que permite tais práticas em defesa da proteção e da saúde (Fernandes, 2022).

Em maio de 2022, foi realizada outra redução unilateral de 10% da tarifa, com o prazo até dezembro de 2023, dessa vez levando em consideração a guerra na Ucrânia e a média tarifária dos países da OCDE. Apenas em julho 2022, na LX Cúpula de Chefes de Estado, todos os países membros do Mercosul chegaram a um acordo a respeito da redução em 10% na TEC de forma permanente (Fernandes, 2022).

Ainda a respeito dos acontecimentos no âmbito da integração regional, é imprescindível citar, mesmo que sem um forte aprofundamento, o acordo do Mercosul com a União Europeia. Apesar do próprio ministro da economia do governo Bolsonaro afirmar que o Mercosul era totalmente ideológico e que não seria prioridade para o governo, temos o episódio do grande avanço para o acordo, em 2019. Se torna visível que o bloco do Mercosul, apesar do desdém do governo para com ele, se constitui uma importante estratégia externa dos países membros (Salgado; Bressan, 2020).

Entretanto, esse avanço no acordo não foi fruto dos esforços do Brasil. O vácuo de liderança deixado pelo Brasil, ainda durante o governo Dilma, perdurou nos governos posteriores. Sanahuja e Rodriguez (2019 *apud* Salgado; Bressan, 2020) trazem que esse papel foi assumido pela Argentina, na busca por manter uma intensa atividade diplomática para que se concretizasse o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. No que foi demonstrado pelo próprio governo Bolsonaro, havia o interesse nesse acordo, que poderiam implementá-lo com ou sem a companhia dos outros países do Mercosul, contrariando a ideia da integração. Apesar disso, o tema do meio ambiente no Brasil foi um assunto polêmico durante o governo, tendo um forte impacto nas negociações entre esses dois blocos (Hirst, 2022).

Esse é um acordo que se estende desde 1999 e que, na visão de diversos críticos, apresenta uma significativa desvantagem para o Mercosul, em comparação com os ganhos da União Europeia. O ponto principal que Batista Jr e Oliveira (2021) trazem a respeito desse acordo, é que os europeus pedem muito e oferecem pouco. A razão principal para isso, segundo os autores, é que os negociadores europeus são relutantes a respeito de abrir seus mercados agrícolas aos produtos do Mercosul.

Apesar disso, o acordo pôde ser fechado em 2019. Batista Jr e Oliveira (2021, pag. 6) argumentam que o acordo pôde ser fechado “porque os negociadores sul-americanos, ansiosos para concluir a negociação, se mostraram dispostos a aceitar uma barganha desequilibrada”.

Mesmo não se aprofundando no assunto, é do interesse do estudo aqui realizado ao menos trazer os motivos para a atual estagnação do acordo. Uribe (2022), em uma matéria da CNN Brasil intitulada “Avanço do acordo Mercosul-EU em 2022 é considerado improvável por diplomatas”, enumera os motivos para a não conclusão e efetiva prática do acordo. O primeiro diz respeito a problemas com a exploração, no âmbito geográfico, por parte dos agricultores; o segundo se refere a necessidade de novas negociações a respeito das questões ambientais; e o terceiro motivo é a revisão legal da versão final do texto, que costuma ser demorada.

Nesse aspecto, Batista Jr e Oliveira (2021) defendem que as políticas climáticas aplicadas durante o governo Bolsonaro se constituíram forte entrave e motivo para a estagnação do acordo, com consequências que duram mesmo após o seu governo. Para que esse acordo avance, os autores destacam a necessidade de se substituir ou mudar essas políticas, o que fica a cargo dos governos posteriores ao de Bolsonaro (tendo em vista o fim do seu mandato e a sua não reeleição).

No âmbito de fatores externos durante o governo Bolsonaro, o que possui — e merece — maior destaque foi a pandemia de COVID-19. É certo que esse foi um acontecimento que, assim como em todo o mundo, foi inesperado e extremamente impactante. Não só isso, mas esse período evidenciou o despreparo de diversos países, principalmente dos países em desenvolvimento. O governo Bolsonaro, após um ano de mandato, foi pego totalmente de surpresa, tendo seus planos paralisados e impactados instantaneamente. Entretanto, o comportamento do país frente à pandemia de COVID-19 foi divergente da atuação da maioria dos demais países no mundo.

Entre diversos autores, as opiniões divergem um pouco, mas o consenso geral é de que esse foi um período marcado por uma série de decisões erradas por parte do governo brasileiro². Essa opinião se mostra tão certa, ao ponto que, em uma publicação, ainda no período inicial da pandemia, em abril de 2020, o *The Washington Post* inclui Bolsonaro em uma listagem dos piores líderes mundiais no sentido de minimizar a pandemia. Não só isso, mas, dessa lista, Bolsonaro foi considerado o pior (Daldegan, Sousa, 2021).

No período da pandemia de COVID-19, destaca-se nas atitudes do presidente:

negação da severidade da doença; desconsideração de orientações científicas e de órgãos especializados (dentre eles a OMS e seu próprio ministério da saúde) como para vida pública; patrocínio de soluções já tidas como ineficazes (como o uso da hidroxicloroquina) para a prevenção e tratamento da doença; e, dentre outros, incentivo ao desrespeito a medidas comprovadamente eficazes para lidar com a pandemia, como o uso de máscaras e o isolamento social (Sousa, 2020).

Trazendo um foco maior para a pandemia no contexto da integração regional, em março de 2020, foi realizada uma reunião com os chefes de Estado e altos representantes de quase todos os países membros do Prosul, para discutir a respeito de medidas para enfrentar a pandemia, com exceção da Argentina. A respeito desse episódio, Marques Júnior (2022) questiona a decisão de se realizar essa reunião em nome do Prosul, um bloco recente, que talvez tivesse dificuldade de lidar com o tema da cooperação, regionalismo e integração na América do Sul.

A decisão de realizar essa reunião em nome do Prosul permite à Kerr-Oliveira *et al.* (2021) realizar uma comparação com as ações tomadas frente à crise do H1N1,

² A exemplo disso, temos Marques Jr (2022); Batista JR e Oliveira (2021); Silva (2022); Sierra (2020); Kerr-Oliveira *et al.* (2021); e Daldegan e Sousa (2021).

em 2009. Nesse período, os membros da Unasul trabalharam juntos para articular as ações dos governos sul-americanos.

Sierra (2020) entende que as ações demonstradas pelo Brasil durante os anos iniciais da pandemia demonstraram a sua falta de capacidade de liderança regional. Entretanto, Marques Júnior (2022) destaca que o Brasil não foi o único a tomar decisões erradas, mas também diversos países da América do Sul. O destaque para o Brasil se dá por ele ser a maior economia do continente.

Sob a justificativa de resguardar a economia, surgiram diversas políticas públicas sanitárias equivocadas, que destacaram a necessidade que o continente tinha de haver alguém para lhes direcionar (Marques Júnior, 2022), ao passo que também demonstrava a perda de autonomia e liderança do Brasil, que já vinha se estendendo há alguns anos.

Kerr-Oliveira *et al.* (2021) acreditam que a pandemia poderia ter sido um acontecimento que contribuiria para estruturar e aprofundar a cooperação entre os países da América do Sul. O que foi visto, no entanto, foi um cenário de fragmentação, presente principalmente nos dois maiores países do bloco. Essa dificuldade de atuação dos países no combate à pandemia pode ser justificada pela vulnerabilidade presente nos sistemas de saúde pública e também devido à escassa infraestrutura hospitalar nos países sul-americanos.

A política externa do Brasil durante o governo Bolsonaro já demonstrava não possuir interesse em fortalecer o Brasil como um líder regional. Esse posicionamento se estendeu no âmbito da pandemia, pois, durante todo o período, o Brasil não demonstrou interesse nem iniciativa para a colaboração com os países vizinhos para uma ajuda no âmbito econômico e sanitário (Silva, 2022). Portanto, o pensamento de Silva se assemelha ao de Kerr-Oliveira *et al.*, ao destacar os ganhos que o Brasil perdeu caso houvesse se posicionado, onde, além de contribuir para estruturar e aprofundar a cooperação entre os países, também impulsionaria e fortaleceria a posição do Brasil na América do Sul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar analisar de que forma se deu a participação e o interesse do Brasil no processo de integração regional, além também da influência dos governos recentes, o presente trabalho apresentou os momentos de forte e débil posicionamento do país para influenciar o rumo da integração regional.

Com os estudos aqui realizados, fica nítido o longo histórico de interesse do Brasil não só em um plano econômico para os países em desenvolvimento no continente em que está inserido, mas também no processo de integração regional, onde o país teve forte importância para a evolução de ambos. Fica nítido também o poder que os governantes têm de ditar diversos grandes projetos no continente sul-americano, dependendo da política externa aplicada. Isso se prova desde 1950, com o apoio de Getúlio Vargas para a criação da Cepal. Entretanto, é importante destacar que o Brasil, nos anos em que trabalhou e se dedicou ao Mercosul e à integração regional, estava cuidando dos seus interesses. Desde o surgimento da ideia de um bloco de integração regional na América do Sul, o interesse do Brasil surgiu pois isso lhe seria muito benéfico, como pudemos constatar em uma seção anterior presente neste trabalho.

Ao analisarmos o interesse dos governos e os avanços realizados na integração regional no século XXI, foi possível constatar uma gradativa desaceleração nesse processo, que ficou mais nítido a partir do governo Dilma. Essa gradativa desaceleração pode ser dita também como uma perda paulatina do posicionamento do Brasil de alavancar e assumir a liderança do processo de integração regional. No governo Dilma, ocorreu, principalmente, devido aos pesados fatores externos e internos do país. No governo Temer, devido a persistência da crise e ao diferente posicionamento do presidente em relação aos presidentes anteriores, a perda gradativa de posicionamento se tornou uma ligeira mudança no rumo da integração regional. No governo Bolsonaro, essa mudança se tornou uma ruptura de fato.

Durante o governo Bolsonaro foi perceptível uma maior aproximação com os países desenvolvidos e um afastamento dos países em desenvolvimento, o que, conseqüentemente, prejudicou os avanços da integração regional. Durante seu governo foram notados fortes atritos com a Argentina, o que historicamente já indicaria as dificuldades para esse avanço.

No âmbito dos estudos acerca do papel do Brasil no processo de integração regional e da influência dos governos nesse processo, a contribuição desse trabalho é gigantesca, ao ser um dos poucos existentes a falar de forma conjunta sobre a influência dos governos, além também de compilar isso junto ao interesse do Brasil desde o início do tema da integração regional na América Latina. Esse trabalho buscou realizar uma análise de forma imparcial, reunindo o ponto de vista de diferentes autores e estudiosos do tema.

Como a análise aqui realizada envolve a política externa do país, pode ser questionado a decisão de não analisar os elementos usuais de análise da PEB. Isso não foi realizado tanto para evitar um trabalho muito extenso e cansativo, como também porque esses elementos já foram analisados pelos autores citados nesse trabalho. Além disso, são inúmeros os trabalhos existentes que já analisam esses fatores, e eles não são o foco da proposta do estudo aqui presente.

Esse estudo possibilita a continuação da análise da influência dos governos no processo de integração regional. Como o início do século XXI se constituiu um forte avanço para a integração regional, sob o Governo de Lula, existe a possibilidade de dar continuação a comparação aqui realizada, com o início de um novo mandato do Governo Lula em 2023. Novos estudos podem dar continuidade a análise dos fatores que prejudicaram o andamento da integração regional nos anos recentes, além de estudar como os acontecimentos nesses governos influenciarão o rumo da integração e a relação entre os países do bloco.

Neste estudo aqui realizado, podemos concluir que o Brasil, assim como os demais países da América do Sul, durante todos os anos observados, nunca de fato conseguiu se consolidar como líder do processo de integração regional. O seu destaque sempre se deveu ao fato do Brasil ser o maior país e a maior economia do subcontinente. Os diversos problemas históricos presentes na história dos países, com ênfase ao subdesenvolvimento, impediram, e ainda impedem, o país não só de ser o financiador desse processo de integração regional, mas também de focar exclusivamente nele.

Na realidade, o Brasil, assim como a Argentina, por serem os maiores países e as maiores economias da América do Sul, possuem maior influência para ditar os rumos da integração. O problema é que isso está condicionado a convergência de valores dos então presidentes, estando sujeito a mudanças dependendo de novas eleições. Esse problema só pode ser combatido se o tema da integração regional

ocupar de fato uma área importante na política externa dos países e tiver um objetivo certo e definido, não oscilando entre apenas um âmbito comercial ou também incluir pautas sociais e institucionais.

Por fim, destaca-se a gigantesca diferença entre o bloco do Mercosul (ou qualquer outro que vise a integração regional na América do Sul) e a União Europeia, que inicialmente serviu de inspiração. Na realidade, para um bloco sul-americano alcançar o nível em que se encontra a União Europeia, será necessário um longo período de tempo, além também de um considerável esforço da parte dos países membros. E, levando em consideração o pouco avanço que os raros momentos de esforço em conjunto dos países proporcionaram, é certo dizer que isso é pouco provável.

Apesar dos esforços e pequenos avanços demonstrados (como a uniformização das placas dos carros, o uso do CPF para viajar pelos países membros do bloco, entre outros), o exemplo da União Europeia está longe de se tornar realidade para os países da América do Sul que objetivam a integração regional. E, nos anos recentes, os governos, ao colaborarem mais para uma integração regional no âmbito comercial, empurraram para mais longe ainda esse ideal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da diplomacia**: a destruição da inteligência no Itamaraty. Clube de Autores, 2019. 165 p.

AMADO, Adriana; MOLLO, Maria. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 129-156, mar. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ee/v34n1/v34n1a05>. Acesso em: 22 abr. 2023.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Mercosul: características e perspectivas. **Revista de Informação Legislativa**, v. 37, n. 146 abr./jul 2000, 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/599/r146-22.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: jul. 2023.

BAPTISTA, Luiz Olavo. O MERCOSUL após o Protocolo de Ouro Preto. **Estudos avançados**, v. 10, p. 179-199, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4VRzTQZcGtTV6y65sJJZ8VQ/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BASTOS, Luciana Aparecida. **Avaliação do desempenho comercial do Mercosul**: 1994-2005. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-17082009-150750/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. **Texto para Discussão**, v. 306, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3535/TD306.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Batista Jr, P. N., & Oliveira, A. L. V. (2021). Acordo Mercosul/União Europeia e entrada na OCDE – armadilhas para um futuro governo brasileiro. **Cátedra Celso Furtado**, 2021, Texto 3. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/CATEDRA/Texto%203_%20Catedra%20Celso%20Furtado_vf..pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000b. v. 1. 490 p.

BOTÃO, Gustavo Rocha. Mercosul e Burguesia: uma análise sobre a reforma da Tarifa Externa Comum. **Fórum Universitário Mercosul**, Rio de Janeiro, n. 18, set. 2021. Disponível em: https://www.congresso2021.fomerco.com.br/resources/anais/14/fomerco2021/1635216241_ARQUIVO_83864dc4c99ab2095efc1cf32cbb092e.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

CABRAL, Joilson de Assis *et al.* Análise das exportações brasileiras desagregadas por parceiros comerciais: uma contribuição à lógica estruturalista-

kaldoriana. **Economia e Sociedade**, v. 31, p. 109-128, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art05>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CAMARGO, Sonia de. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 57-90, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/GrxCSRGJ79v5JSwgpKQZ4zk/abstract/?lang=pt>. Acesso em 07 jul. 2023.

CASTILHO, Ana Luísa; BOAS, Vinícius Vilas. A política externa do governo Temer e o distanciamento da integração regional na América do Sul. **Conjuntura Internacional**. 26 nov. 2018. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/11/26/a-politica-externa-do-governo-temer-e-o-distanciamento-da-integracao-regional-na-america-do-sul/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CAVALCANTE, Thiago Peixoto de Almeida. **Impasses institucionais e econômicos no Mercosul**: uma análise no marco da política externa do governo Lula (2003-2010). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

COSTA, ACS; BARBOSA, V. T. Dilma vs. Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 31, p. 555-579, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/29390>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CRUZ, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. O papel do Brasil no processo de integração regional no MERCOSUL. **Revista Formação (Online)**, v. 25, n. 46, p. 27-45, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5506>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DALDEGAN, William; SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. Soft Power brasileiro: Uma análise da política externa em tempos pandêmicos. **Conjuntura Global**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/79561>. Acesso em: 07 jul. 2023.

DATHEIN, Ricardo. MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente. **Revista de Economia**, v. 31, n. 1, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/5026>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FERNANDES, Thiago Vicino. Aproximação e Distanciamento na Política Externa de Bolsonaro para a Argentina no Mercosul. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 21, n. 42, p. 159-179, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/28413>. Acesso em: 05 mar. 2023.

FERRARI, Hamilton; BENEVIDES, Gabriel. Brasil responde por 72% do PIB nominal do Mercosul. **Poder 360**, 04 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-responde-por-72-do-pib-nominal-do-mercosul/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FIORI, José. Sistema mundial: império e pauperização. Para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C. (Orgs.). Polarização mundial e crescimento. **Petrópolis: Vozes**, 2001. (Coleção Zero à Esquerda).

FONTES, Luiz Felipe Campos; STELLA, Milton André. O Brasil no Mercosul: Integração Comercial Brasileira com o Bloco Sul Americano. **Revista de Economia**, v. 38, n. 65, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v38i65.46651>. Acesso em: 29 abr. 2023.

FONTOURA, Andrezza Muniz Barreto. **A Relevância do Mercosul para o Brasil sob o Aspecto de Integração Regional e Global**. Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19207/1/2017_AndrezzaMunizBarretoFontoura.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

FURTADO, Celso et al. **A fantasia organizada**. 1985.

FUSER, Igor. Reflexões sobre as burguesias sul-americanas e a integração regional. **Estudos Internacionais Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Janeiro**, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/15326>. Acesso em 07 mar. 2023.

GONÇALVES, Renata da Silva. A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro. **Pensamento Plural, Pelotas**, v. 8, p. 117, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/4184>. Acesso em: 24 abr. 2023.

HIRST, Monica; TADEU, Maciel. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363930214_A_POLITICA_EXTERNA_DO_BRASIL_NOS_TEMPOS_DO_GOVERNO_BOLSONARO. Acesso em: 29 abr. 2023.

HIRST, Mônica. A dimensão política do Mercosul: atores, politização e ideologia. **Texto original apresentado no Seminário Processos de Integração Regional e as Respostas da Sociedade: Argentina, Brasil, México e Venezuela. São Paulo, IEA/USP**, v. 7, 1996.

Kerr-Oliveira, L.; Friggeri, F. P.; Aguilera Cazalbón, A. Y.; Morais Silva, A. K. La integración regional sudamericana frente a la pandemia del COVID-19: un análisis geopolítico de los impactos en el Mercosur y en la región. **Revista Tempo do Mundo**, v. 26, 2021, p. 205-249.

MAIA, Jayme. **Economia internacional e comércio exterior**. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2006. 642 p.

MARIANO, Karina L. Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart. Três décadas de Mercosul: Institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 147-179, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Bpkz3gLvHVxrjstG4t4Tq/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MENDONÇA, Camila Pereira. **O Mercosul no contexto mundial**. Monografia - Puc-Rj, 2013. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/CAMILA_PEREIRA_MENDONCA.pdf. Acesso em: 29 abr. 2023.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As Semelhanças Entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 9, n. 1, p. 01-19, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/47941>. Acesso em: 25 mar. 2023.

NORMANDO, Thadeu Costa. Integração regional nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018): entre mudanças de meta e mudanças de programa. 2019. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24913>. Acesso em: 21 mar. 2024.

NUNES, Rodolfo Francisco Soares; PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo. MERCOSUL – algumas considerações sobre sua origem, formação e estrutura. **Jornada de Políticas Públicas (JOINPP-UFMA)**, 2019. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissa_old_561_5615cbb3f378c08b.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira de *et al.* **Brasil e Argentina sob Lula e Kirchner (s):** percepções de políticas externas e efeito sobre o Mercosul (2003 2010). Dissertação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UERJ_f3e379d2de277094fe108bed40a9549f. Acesso em 29 abr. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais**. 1º edição. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. 292 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano (2011/2016). **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 5, n. 9, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/65281/38995>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, v. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/12436>. Acesso em: 12 jan. 2024.

RITTNER, Daniel. Mercosul perde relevância comercial, mas vira “salvação” da indústria, mostra estudo. **CNN Brasil**, Brasília, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercosul-perde-relevancia-comercial-mas-vira-salvacao-da-industria-mostra-estudo/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 5, n. 1, p. 27486, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27486>. Acesso em 25 ago. 2023.

SALGADO, Vitória Totti; BRESSAN, Regiane Nitsch. O acordo de associação Mercosul-União Europeia e a política externa brasileira. **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, v. 9, p. 1-22, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/neiba.2020.50950>. Acesso em: 20 out. 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras. **Relações Internacionais**, v. 44, n. 1, p. 25-35, 2014. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes; JÚNIOR, Paulo Afonso Velasco. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: Para onde vamos?. **Pensamento próprio**, v.21, p.295 – 324, 2016. Disponível em: <https://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/02/016-saravia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Sierra, Jerónimo Ríos. “La inexistente respuesta regional a la COVID-19 en América Latina”, **Geopolítica(s)** - Revista de estudios sobre espacio y poder, Universidad Complutense de Madrid, 11, 209-222. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/geop.69324>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. A política externa do governo Dilma Rousseff: identificando interesses e condicionantes. **4º Seminário Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais** – ABRI. 27 e 28 de setembro de 2018, Foz do Iguaçu – PR. Painel: História e Historiografia: debatendo a política externa. Área Temática: História das Relações Internacionais e da Política Externa. Disponível em <https://www.seminario2018.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6I nBhcmFtcyl7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPljtzOjM6Ijc5NSI7fSI7 czoxOiJoljtzOjMyOiJhODZhOGFjMzAwZGFmNjk5YzlyOGQ2NWQ2MjVjMTBj OC17fQ%3D%3D>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana/Sino-Iberoamerican Interaction**, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVEIRA, M. G.; ANGELI, E. Uma reflexão sobre o início da Cepal e seu contexto. **Revista Economia Ensaios**, v. 34, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/42720>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SOARES FILHO, José *et al.* MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, v. 13, n. 46, p. 21-38, 2009. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1283>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Sousa, Ana Tereza L. M. Presidência Infectada. In: **OPEB**, Jul. 2020. Disponível em: <http://opeb.org/2020/07/14/presidencia-infected/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

UBERTI, Guilherme Bratz. **A burguesia agrária e o Mercosul nos planejamentos prospectivos dos governos Temer e Bolsonaro**. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/239951>. Acesso em: 19 mar. 2023.

URIBE, Gustavo. Avanço de acordo Mercosul-UE em 2022 é considerado improvável por diplomatas. **CNN Brasil**, Brasília, 03 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/avanco-de-acordo-mercosul-ue-em-2022-e-considerado-improvavel-por-diplomatas/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 20, p. 01-16. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20889/M47e20011>. Acesso em: 29 jun. 2023.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional** (PUCRJ. Impreso), vol. 29, p. 273-335, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo soc.** 2003, vol.15, n.2, pp.31-61. Disponível online em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2023.

WASSERMAN, Claudia. América Latina: dependência X desenvolvimento no pensamento marxista. **XXV Simpósio nacional de história**, 2009. Disponível em: <https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0028.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

WILLIAM JÚNIOR, Paiva Marques. Integração regional sul-americana: Mercosul, Unasul, Prosul e os desafios jurídicos de uma nova inserção internacional da política externa diplomática brasileira na efetividade da democracia e inclusão cidadã. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 7, n. 2, p. 72-92, 2022. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/view/8269>. Acesso em: 12 nov. 2023.